

Introdução

«Todas as leis e regras morais são reduzidas a uma só: à verdade»¹. Essa afirmação de G. Goethe parece a muitos uma doce ilusão de uma época romântica que jamais voltará. Pois grande parte das éticas atuais se refere ou a descrição dos comportamentos morais nas diversas sociedades, ou ao fruto de acordos para a regularização da vida social numa comunidade plural e globalizada. Isso implica a aceitação de que a verdade ou é fruto de uma construção humana, ou é algo inalcançável. No primeiro caso, se supõe que quase qualquer afirmação possa ser verdadeira; no segundo, que qualquer afirmação é, no fundo, falsa, uma ilusão que serve para dominar os mais fracos. Ambas as posturas são duas faces de uma mesma moeda: o relativismo gnosiológico, presente nos mais variados discursos éticos contemporâneos.

De fato, diversas filosofias morais da atualidade supõem a negação do alcance ontológico do conhecimento. E ao se negar, ou duvidar da capacidade humana de conhecer a realidade e o seu valor intrínseco, as regras morais perdem o seu fundamento. Desaparecem assim tanto os atos intrinsecamente bons, como os intrinsecamente maus. Quase todo comportamento passa a ser justificável: basta que se respeite a liberdade alheia e que se viva espontaneamente em busca de uma felicidade que, no fundo, não existe.

O atual divórcio do bem e da verdade se manifesta em graves problemas tanto teóricos como práticos. O mais evidente é o relativismo que, na sua versão mais forte, afirma que cada um tem a sua verdade, e por isso duas afirmações contraditórias poderiam ser igualmente verdadeiras a diversos sujeitos. Os juízos se relacionariam somente com o sujeito que o emite e não com a realidade apreendida, de modo que a verdade passa a ser considerada quase como autenticidade e os juízos são reduzidos a meras opiniões.

A nosso modo de ver, o que realmente é uma construção teórica inconsistente é o próprio relativismo. Pois quem diz que duas afirmações contraditórias possam ser verdadeiras, deveria logicamente aceitar que duas afirmações contraditórias não podem ser verdadeiras, afirmação essa que contradiz a anterior. Mas quem diz que duas afirmações contraditórias podem e não podem ser verdadeiras, certamente não sabe o que diz. Em

1. G. Goethe, *Carta a Müller de 28/03/1819*, in J. Pieper, *La realtà e il bene*, Editrice Morcelliana, Brescia 2011, p. 37.

outras palavras, o relativismo é uma edificação que não se sustenta racionalmente e só ganha terreno pela força de repetições. É a solução mais superficial e inconsistente ao problema da verdade, por sua intrínseca contradição.

No plano social, o relativismo pode ao máximo fazer com que diversos grupos culturais convivam separadamente, sem autêntico diálogo e verdadeira integração. O relativismo cultural tende a gerar um absolutismo jurídico, o qual afirma que as leis são meras construções humanas, frutos de acordos, sem nenhuma relação com o direito natural e com o ser enquanto tal. De fato, o relativismo está em conexão íntima com a doutrina da incomensurabilidade², ou seja, a negação da possibilidade de comunicação linguística entre as diversas culturas. Porém, isso traria como consequências a afirmação da impossibilidade de se fazer traduções de uma língua a outra e o desaparecimento de distinções entre o afirmar e o pensar com o fazer ruídos ou produzir imagens mentais. Afirmar-se-ia assim que o homem não é um ser pensante, mas um animal mais desenvolvido. Porém, como bem afirmou H. Putnam, «sustentar essa visão é cometer uma espécie de suicídio intelectual»³.

Uma ulterior consequência teórica da separação entre a verdade e a bondade é que a lei natural torna-se incompreensível, o que traz consequências para o direito e para a ética. Com efeito, hoje são muitos os que se perguntam como falar de uma lei da natureza humana depois de D. Hume, I. Kant, M. Scheler e G. E. Moore. Pois Hume aceitou que o intelecto pode constatar “fatos”, mas não conhecer a natureza e a bondade das coisas; além disso, *ought* não seria uma autêntica categoria moral inteligível, por não indicar nenhuma relação, nem ser deduzida de outras relações; para Kant não há uma “pura inteligibilidade” do bem, nem menos do bem moral, que não seria um “objeto especulativo”, o que lhe fez refutar a “ontologia do bem”. Scheler diz que um bem convertível com o ser seria instável, podendo levar ao relativismo e por isso propôs uma filosofia dos valores hierárquicos e objetivos, nos quais a ética deveria se fundamentar. E para Moore “bem” é uma noção simples (sem partes), é algo que faz parte da composição material das coisas, como a cor amarela, e por isso não é definível a partir da regra da divisão do método cartesiano. Essa “ideia” seria como um objeto último do pensamento. Diversas teorias éticas atuais são influenciadas por esses autores e negam a existência de uma “lei” da natureza humana e a objetividade do bem.

2. Cfr. A. MacIntyre, *After Virtue, a Study in Moral Theory*, 3ª ed., University of Notre Dame Press, Notre Dame 2007, cap. 17.

3. H. Putnam, *Reason, Truth and History*, Cambridge University Press, Cambridge 1981, pp. 119-124, 150-173. Cfr. J. J. Sanguineti, *Relativismo y contextualidade*, in *Sapienza e libertà, Studi in onore del Prof. Lluís Clavell*, in M. Pérez de Laborda (a cura de), EDUSC, Roma 2012, pp. 399-408.

Apresenta-se assim o problema de se a ética e o direito possam ou não ser fundados na natureza humana. Para responder a essa questão, deve-se investigar se há realmente uma natureza, se a podemos conhecer e se ela possui alguma finalidade intrínseca. Como ler a bondade e a maldade moral na natureza? Como a lei moral se relacionaria com a natureza humana?

Como consequências práticas da separação da verdade e do bem, temos a corrupção e os aspectos mais tangíveis da atual crise econômica. A corrupção significa submeter a verdade a interesses individuais, a uma visão egoísta do “bem”, opondo-lhe ao bem comum. A corrupção nega o valor social da verdade e a submete a interesses subjetivos. O corrupto manipula a verdade segundo a própria vontade, negando a verdade sobre o bem e o bem da verdade.

Sendo assim, não seria exagerado afirmar que a atual crise financeira surgiu, no fundo, de uma crise ética. De fato, empresas que pareciam possuir grandes recursos e importantes lucros anuais, de repente, declararam falência. Atualmente vem sendo comprovadas que as descrições contábeis apresentadas então eram falsas, algo que influenciava todo o mercado. Esse fato pode ser lido como uma falta de compromisso para com a verdade, algo que causa uma das mais graves crises da época contemporânea, e deveria levar-nos a pensar que a verdade não é mera construção humana e a ética é mais do que um assunto privado e opcional para a vida social e profissional. Não há nenhuma “mão invisível” que regule o mercado. Fazê-lo é uma tarefa humana que implica uma ética orientada por valores concretos, tais como a competência profissional, a transparência, a honestidade, a responsabilidade. Em outras palavras, é necessário um renovado compromisso para com a verdade e com a justiça. A sociedade e a economia atual precisam de uma «ética amiga da pessoa»⁴, que afirme a dignidade inviolável do ser humano e o valor intrínseco da verdade.

Desde um ponto de vista diretamente antropológico, pode-se dizer que com a negação da cognoscibilidade da verdade e do bem ocorre a perda de sentido da liberdade. Sem uma busca sincera pelo bem integral do ser humano, a liberdade pode ao máximo ser compreendida como espontaneidade, como possibilidade de se fazer escolhas que,

4. P. Bento XVI, *Carta Encíclica “Caritas in Veritate”*: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade, de 07/07/2009, n. 45; *Ibidem*, n. 36: «O grande desafio que temos diante de nós [...] é mostrar, a nível tanto de pensamento como de comportamentos, que não só não podem ser transcurados ou atenuados os princípios tradicionais da ética social, como a transparência, a honestidade e a responsabilidade, mas também que, nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da atividade econômica normal. Isto é uma exigência do homem no tempo atual, mas também da própria razão econômica. Trata-se de uma exigência simultaneamente da caridade e da verdade».

no fundo, são indiferentes, mas não como compromisso real para com o bem absoluto da pessoa.

Exatamente porque boa parte da cultura contemporânea considera que não haja um vínculo essencial entre verdade, bem e liberdade, torna-se primordial investigar a possibilidade de tais ligames. Pode-se aceitar pacificamente o ceticismo e o niilismo de boa parte da nossa cultura? Parece-nos que não. De fato, são muitos os estudiosos que atualmente dirigem a sua atenção a autores clássicos – Platão, Aristóteles, Agostinho, Tomás de Aquino –, procurando, se não soluções, ao menos sugestões para um crescimento mais humano da nossa cultura.

O retorno ao estudo desses autores, especialmente de Aristóteles, deve-se à influência de importantes filósofos do século passado, tais como F. Brentano, E. Husserl, M. Heidegger, J. Gadamer⁵. Sabe-se que os principais temas da investigação de Heidegger foram a gramática especulativa como meditação metafísica sobre a linguagem e sua referência ao ser (*Sprache und Sein*). E nos seus primeiros anos de ensino universitário, Heidegger ministrou cursos sobre a filosofia prática de Aristóteles. Esses textos foram recentemente publicados e neles pode-se comprovar que a *Ética a Nicômaco* foi tomada por ele como uma base da «ontologia da vida humana». De fato, para ele e para E. Husserl a experiência do mundo só pode ser explicada por um ente que não tenha o mesmo caráter de ser do mundo. Porém, a determinação de Husserl do “eu” como subjetividade constituinte da experiência parecia exagerada a Heidegger, ao assignar aos atos teóricos um privilégio indevido. Nas obras de Aristóteles, Heidegger descobriu outros modos nos quais o homem se relaciona com o mundo: a *práxis* e a *póiesis*. De fato, as formas de descobrir o ser seriam: a *póiesis* (*Zuhandenheit*), a *práxis* (característica principal do *Dasein*) e a *theoría* (*Vorhandenheit*). A isso correspondem três disposições: *téchne*, *phrónesis*, e *sophía*. Assim Heidegger teria retomado, a seu modo, à filosofia prática de Aristóteles para explicar a relação do homem com o mundo.

Posteriormente, vários participantes dos cursos sobre a filosofia aristotélica, ministrados por Heidegger, nos anos vinte, deram origem na Alemanha à chamada «reabilitação da filosofia prática»⁶. Alguns dos principais são H. G. Gadamer, H. Arendt, J. Ritter, L. Strauss, H. Jonas. H. G. Gadamer procurou reabilitar a *phrónesis* aristotélica; H. Arendt centrou sua atenção nos conceitos de *práxis* e de vida ativa; J. Ritter acentuou

5. Cfr. F. Volpi, *È ancora possibile un'etica? Heidegger e la "filosofia pratica"*, «Acta Philosophica», vol. 11 (2002), fasc. 2, pp. 291-313.

6. Cfr. F. Volpi, *La rinascita della filosofia pratica in Germania*, in C. Pacchiani (a cura de), *Filosofia pratica e scienza politica*, Francisci, Abano (Padova) 1980, pp. 11-97.

a importância fundamental do *ethos*; H. Jonas repreendeu a definição aristotélica de *agathón*. Todos eles, junto com outros neoaristotélicos, partiram dos ensinamentos do jovem Heidegger, que lhes tinha feito ver a importância da filosofia prática de Aristóteles. A interação da filosofia fenomenológica e aristotélica produziu interessantes reflexões filosóficas do século XX, como as de E. Stein, R. Sokolowski. Posteriormente esses e outros autores tentaram unir o método fenomenológico à ontologia de Tomás de Aquino.

É bem conhecido que Heidegger denunciou o esquecimento do ser na filosofia e constatou a íntima relação do ser com a verdade e com a liberdade. De fato, o esquecimento do ser tende a causar o esquecimento da verdade, assim como a negar que o ser enquanto tal é bom. Por outro lado, Heidegger criticou a noção de Tomás de Aquino de verdade como *adequatio res et intellectus*, críticas que devem ser seriamente consideradas.

1. Objeto e motivo do estudo

Procuramos respostas para essas questões a partir da filosofia de Santo Tomás de Aquino, tendo em vista o debate atual. O nosso objeto de estudo são as relações entre o ente, a verdade e o bem na sua obra, principalmente nas *Quaestiones Disputatae De Veritate*. Concentramos nossa atenção sobre essa obra que, embora seja juvenil, apresenta um alto nível de especulação metafísica e trata principalmente a verdade (qq. 1-20) e o bem (qq. 21-29), dois transcendentais que, enquanto tais, se estendem a todas as categorias, sem pertencer especificamente a nenhuma delas.

O *De Veritate*, de fato, é considerado um tratado sobre os transcendentais (ou modos gerais do ente)⁷ e como esse é o principal interesse do nosso estudo nos centramos nessa obra, embora recorramos frequentemente a outras obras do Aquinate. O interesse por esse livro foi grande no século XX. E. Stein, por exemplo, estudou-o a fundo e procurou traduzi-lo ao alemão, algo que até então não tinha sido feito. Recentemente foram escritos dois interessantes livros sobre a importância do *De Veritate* na epistemologia atual⁸. Procuramos sintetizar as relações entre verdade e bem com um interesse histórico-hermenêutico e também filosófico, a fim de procurar respostas às questões atuais.

7. P. Porro, *Tommaso d'Aquino. Un profilo storico-filosofico*, Carocci editore, Roma 2012, pp. 83-84.

8. C. González-Ayesta, *La verdad como bien según Tomás de Aquino*, Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), Pamplona, 2006; *Idem, Hombre y verdad: gnoseología y antropología del conocimiento en las Q. D. De Veritate*, EUNSA, Pamplona 2002.

Nos últimos anos constata-se a existência de autores que se dedicam ao estudo das relações do ser, da verdade e do bem em diálogo com a filosofia contemporânea: J. Pieper, A. MacIntyre, J. Aertsen, L. Dewan, J. Wippel, F. Inciarte, A. Millán-Puelles, L. Polo, A. Llano, C. Cardona, S. Brock, M. T-L. Penido, G. S. Lodovici, O. N. Derisi etc. Nosso estudo se insere nessa mesma linha de pesquisa.

Também há uma renovação dos estudos aristotélicos, especialmente no mundo anglossaxônico, em autores como E. Anscombe, P. Geach, Ph. Foot etc. Apesar disso, parece que o impacto do relativismo na cultura atual parece ser ainda maior e permanece a questão de se a verdade e o bem são realmente importantes. Que valor teria para as atuais sociedades plurais e democráticas e também para a comunidade acadêmica?

Em primeiro lugar, pode-se dizer que há certa busca⁹ de se superar o relativismo, a partir de uma visão objetiva de verdade¹⁰. Essa vem sendo reafirmada como um bem social, intimamente unida às qualidades morais de quem a busca¹¹. Por outro lado, ocorre certa reabertura da questão da “ontologia do bem”¹², ou seja, se volta a discutir a possibilidade de se revigorar a ética a partir de um discurso metafísico renovado. Parece que realmente «o homem não pode fazer-se a ideia de ser cego de nascimento e de seguir sendo-o para aquilo que lhe é essencial. O abandono da verdade não pode nunca ser definitivo»¹³.

Nesse contexto se insere a proposta atual de um “Novo realismo”¹⁴, certa reação aos atuais “populismos midiáticos”, uma vez que o mundo midiático assume a máxima de Nietzsche: «não existem fatos, mas somente interpretação»¹⁵. Porém, isso não

9. Cfr. E. Moros, *La importancia de la verdad. Análisis de siete obras recientes sobre la verdad*, «Scripta Theologica», 39 (2007), pp. 889-910.

10. Cfr. S. Blackburn, *Truth: a guide for the perplexed*, Allen Lane, London 2005; M. Lynch *True to Life. Why Truth Matters*, Mit Press, Cambridge (Massachusetts) 2004; B. Williams, *Truth & truthfulness: an essay in genealogy*, Princeton University Press, Princeton 2002.

11. Cfr. A. Millán-Puelles, *El interés por la verdad*, Rialp, Madrid 1997.

12. Cfr. S. Brock, *Metafisica ed etica: la riapertura della questione dell'ontologia del bene*, «Acta philosophica», 1/19 (2010), pp. 37-58; S. MacDonald (a cura de), *Being and Goodness: The Concept of the Good in Metaphysics and Philosophical Theology*, Cornell University Press, Ithaca 1991; S. MacDonald, E. Stump (a cura de), *Aquinas' Moral Theory*, Cornell University Press, Ithaca 1999; L. Dewan, O.P., *Wisdom, Law and Virtue. Essays in Thomistic Ethics*, Fordham University Press, New York 2007.

13. J. Ratzinger, *Fe, verdad y tolerancia. El cristianismo y las religiones del mundo*, Sígueme, Salamanca 2005, p. 145.

14. M. Ferraris, *Manifeso del nuovo realismo*, collana “i Robinson”, Laterza, Roma-Bari 2012.

15. F. Nietzsche, *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe (KSA)*, Giorgio Colli e Mazzino Montinari (a cura de), Walter de Gruyter & CO., Berlim 1967-1978, (KSA 12.315, Nachlass/FP 7[60]).

representa uma via de emancipação, mas a justificação para se dizer e fazer tudo o que se quer, ficando patente o verdadeiro sentido das palavras de Nietzsche: a razão do mais forte é sempre a melhor¹⁶. O “Novo realismo”, por sua vez, sustenta que o mundo natural existe independentemente do nosso conhecimento dele. Não se pergunta pela existência do mundo, mas pelo modo em que ele existe. Boa parte da pós-modernidade se baseia na falácia que identifica o ser com o conhecer. Mas pensar que tudo é socialmente construído, inclusive o mundo natural, é um grave equívoco, de modo que é necessário distinguir a ontologia e a epistemologia, a metafísica e a lógica. Consequentemente, há um limite para a interpretação: a realidade mesma. Por isso há coisas existentes desde o início do mundo e outras existentes graças ao homem, pois dependem da nossa capacidade de concebê-las (categorias lógicas e conceitos). Afirmar que o segundo tipo de entes absorve o primeiro significa assumir uma postura “construcionista” injustificada.

É de se destacar ainda que diversos autores refletem atualmente sobre a identidade e a missão das Universidades, num panorama cultural onde o saber aparece cada vez mais fragmentado. São importantes as reflexões de A. MacIntyre, B. Ashley, Cardeal Newman, R. Guardini.

Para esse último autor, por exemplo, a «a Universidade adoce assim que a verdade deixa de ser o ponto de referência do saber universitário»¹⁷. Ao dizer isso, ele tinha em mente a dolorosa experiência da tirania nazista, na qual muitos acadêmicos se inseriram num projeto ideológico que pretendia expor a verdade absoluta, mas que vivia na mentira e na violência. Naquela época prevalecia uma “vontade de poder” absoluta que, em autonomia da verdade, pretendia modificar os valores e toda a moral. Não se considerava a verdade como algo que tenha um valor em si mesma, mas esta seria subordinada à vida, à produção e ao Estado. A verdade seria o que é útil à vida e determinada pela vontade mesma.

Para Guardini, a dita doutrina é falsa e destrutiva, pois a vida humana tem em si tendências contraditórias. O homem, de fato, pode querer a própria morte e o que fere a dignidade própria e a alheia. De modo que, necessariamente, a verdade está acima da vida, e somente em relação a ela, a vida pode ser considerada justa e reta. Descobrir isso é a missão da Universidade. Quando ela se esquece disso, perde o seu sentido e se torna uma escola profissionalizante qualquer.

16. M. Ferraris, *Manifesto del nuovo realismo...*, cit., p. 6.

17. R. Guardini, *Tre scritti sull'università*, Morcelliana, Brescia 1999, p. 40.

Essas reflexões nos fazem ver que é extremamente necessária a investigação desses temas, tanto para a vida social quanto acadêmica.

2. Percorso da tese

A estrutura do nosso trabalho é a seguinte: iniciamos com uma apresentação do panorama filosófico atual das relações entre a verdade e o bem. Expomos alguns discursos éticos contemporâneos que negam a convertibilidade do bem com a verdade e com o ente (cap. I) e buscamos a raiz da dita negação. Inserimos assim o nosso trabalho na discussão filosófica contemporânea, apresentando as objeções ao modo de apresentar a filosofia moral como ciência universal dotada de conteúdos racionais e objetivos.

Seguimos com uma apresentação do *De Veritate* e um estudo histórico-teórico das suas principais fontes. Procuramos expor as relações da verdade com o bem em autores anteriores e contemporâneos a Santo Tomás, com os quais ele dialogava (cap. II). Tratamos Aristóteles, Platão, Santo Agostinho, Boécio, Santo Anselmo, Pseudo-Dionísio, o Areopagita, Alexandre de Hales e Santo Alberto Magno, principais fontes do *De Veritate*. Nosso intuito é de inserir a obra de Tomás no seu contexto histórico, a fim de entender o que ele realmente disse e discernir a sua herança para a história da filosofia.

Passamos a estudar então a verdade e o bem na obra do Aquinate, especialmente no *De Veritate*. Primeiramente tratamos a verdade em si mesma, considerada como bem do intelecto: *veritas quoddam bonum*. Analisamos diversos textos, principalmente os da q. 1. Tratamos com atenção o primeiro artigo daquela questão (cap. III); a seguir vemos o caráter analógico da verdade, que se realiza primeiramente no intelecto divino, posteriormente no intelecto humano, tanto teórico quanto prático; no intelecto teórico a verdade se dá em diversas operações: na formação das quiddidades, nos juízos e nos raciocínios. O mesmo intelecto é o responsável pelo conhecimento do bem (cap. IV). Terminamos essa parte do trabalho com um estudo sobre a verdade inerente aos entes (cap. V), a partir de discussões recentes sobre o tema.

A última parte desse estudo trata o tema a racionalidade do bem: *bonum quoddam verum*. Vemos o significado preciso da noção de bem, tanto em si mesmo quanto em relação com o ente e com o verdadeiro. Na primeira seção tratamos a *ratio boni*, que é uma noção transcendental, ou seja, convertível com o ente e com o verdadeiro segundo a referência aos mesmos sujeitos e diverso enquanto expressa diferentes noções (cap. VI). Vemos como se dá a dita convertibilidade e consideramos o seu fundamento: o *actus essendi*. Em seguida, analisamos a essência, a analogia, a causalidade e o apetite do bem (cap. VII) e a relação entre verdade e bem no ser e no agir humano (cap. VIII).

Procuramos dar no nosso trabalho respostas a algumas questões atuais: o bem moral possui uma racionalidade intrínseca e um caráter metafísico, de modo que se possa falar de certa “ontologia do bem”? Como o bem se converte com o ser? A afirmação de que a ética foi invalidada pela “Lei de Hume” e pela “falácia naturalista” depende, de fato, do modo que se entende o ser moral. Mas o ser se reduz a “fatos”? E a moral é uma mera doutrina dos deveres? O ponto de partida da ciência ética é a experiência moral do agente, ou o conhecimento metafísico, ou a experiência moral não é em si mesma metafísica? Tudo isso se relaciona com a questão de se a ética tem uma fundamentação metafísica, ou se essas ciências são independentes, ou se não seria a ética que fundamenta certa visão metafísica do mundo.

3. Método

Nosso trabalho apresenta a estrutura semelhante à de uma *quaestio* medieval, iniciando com a apresentação dos argumentos *in contrario*; seguem-se os argumentos de autoridade (*sed contra*), extraídos das fontes de Santo Tomás de Aquino; posteriormente apresentamos a solução do tema e procuramos concluir com respostas aos argumentos contrários à tese defendida. Esperamos assim apresentar um discurso filosófico atual, numa estrutura racional consagrada há séculos.

Procuramos utilizar um método analítico dos textos de Santo Tomás, tendo em mente a problemática filosófica atual. Não pretendemos fazer uma mera pesquisa histórica, mas a partir dela buscamos realizar um trabalho teórico e filosófico. Nosso primeiro objetivo é compreender o que realmente disse aquele pensador, para depois buscar respostas a questões suscitadas, seja por seus intérpretes, seja no atual debate filosófico.

Dentro da extensa obra de Santo Tomás, investigamos principalmente os temas da verdade e do bem em questões precisas do *De Veritate*. No entanto, quando parecer conveniente, nos referimos a outros textos da obra do Aquinate, a fim de esclarecer aspectos de seu pensamento ou de mostrar se houve mudança substancial em alguma doutrina ao longo de sua vida acadêmica. As traduções ao português no presente trabalho, inclusive as das obras de Santo Tomás, são nossas, exceto quando for indicado o tradutor.

Procuramos explicar em que sentido «o verdadeiro e o bom se incluem mutuamente. Pois o verdadeiro é certo bem, (*verum est quoddam bonum*), sem o que não seria apetecível; e o bem é certa verdade (*bonum est quoddam verum*), sem o que não

seria inteligível»¹⁸. De fato, a verdade entendida como bem do intelecto explica o nosso desejo natural de conhecê-la. Por outro lado, o bem entendido como a verdade das ações humanas poderia superar o relativismo.

Termino essa introdução agradecendo às pessoas que fizeram possível a realização desse trabalho. Como estou convencido de que «interrogar-se sobre o bem significa em último término dirigir-se a Deus, que é plenitude da bondade»¹⁹, tenho que agradecê-lo por ter me criado com o desejo de conhecê-lo cada vez mais. Agradeço também à minha família, a quem devo os dons da vida, da fé e da vocação. Dedico esse trabalho de forma especial ao meu pai, Ademir (*in memoriam*), e à minha avó Irahides (*in memoriam*), que tanto me incentivaram e foram exemplos de vida para mim. Agradeço ainda ao atual bispo de Petrópolis, Dom Gregório Paixão O.S.B., ao antigo bispo daquela diocese, Dom Filippo Santoro, e a Dom Gilson Andrade, que me possibilitaram os estudos na *Pontificia Università della Santa Croce*, uma universidade que vive no coração da Igreja; e especialmente agradeço ao Reverendo Monsenhor Lluís Clavell, que dirigiu esse trabalho e com quem tanto tenho aprendido; agradeço ainda aos demais professores da PUSC Roma, dos quais tanto recebi, tanto no âmbito acadêmico, quanto humano e espiritual; entre eles, agradeço especialmente ao Pe. Luís Romera, reitor da universidade, grande professor e amigo; aos Padres Miguel Pérez de Laborda e J. J. Sanguineti, que colaboraram na elaboração desse estudo, agradeço sinceramente. Esses últimos docentes citados pertencem à área da metafísica, e devo muito a eles. Agradeço ainda aos professores da Universidade Católica de Petrópolis – onde comecei a estudar e a amar a filosofia –, especialmente Carlos Frederico Calvet e Sérgio Salles; agradeço a Francisco da Silva Rodrigues, Joyce Scoralick e Viviane da Silva Varela, que fizeram a revisão da língua portuguesa desse trabalho. Por fim agradeço a outras pessoas especiais que colaboraram com a amizade ou economicamente com os meus estudos: o Padre Giuseppe Cutrone e o prof. Gianfranco Longo, amigos de Bari; também os amigos de Roma: padres Miguel Delgado, Fernando Crovetto e Antonio Rodríguez; e os sacerdotes de Petrópolis Jardel Lima da Silva, Jorge Luiz de Medeiros e Renato Andrade.

18. *S. Th.*, I, q. 79, a. 11, ad 2.

19. P. João Paulo II, *Carta Encíclica Veritatis Splendor*, n. 9.